

Impresso
Especial

9912290136/2012-DR/PR
IPARDES

...CORREIOS...

Análise Conjuntural

IPARDES

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

ISSN 0102-0374

Curitiba, v.34, n.7-8, julho/agosto 2012

sumário

- 3 A ECONOMIA REAL E OS INCENTIVOS GOVERNAMENTAIS
Gilmar Mendes Lourenço
- 7 CONSIDERAÇÕES SOBRE O IPCA
Guilherme Amorim
- 9 A VALORIZAÇÃO DAS *COMMODITIES* AGRÍCOLAS E AS
EXPORTAÇÕES PARANAENSES
Francisco José Gouveia de Castro
- 13 PARANÁ - DESTAQUES ECONÔMICOS
Guilherme Amorim
- 16 ECONOMIA PARANAENSE - INDICADORES SELECIONADOS

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

CARLOS ALBERTO RICHA - Governador

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

CASSIO TANIGUCHI - Secretário

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

GILMAR MENDES LOURENÇO

Diretor-Presidente

EMILIO KENJI SHIBATA

Diretor Administrativo-Financeiro

JULIO TAKESHI SUZUKI JÚNIOR

Diretor do Centro de Pesquisa

DANIEL NOJIMA

Diretor do Centro Estadual de Estatística

ANÁLISE CONJUNTURAL

FRANCISCO JOSÉ GOUVEIA DE CASTRO *(Editor)*

Equipe

GUILHERME AMORIM *(Economista)*

SURYANE NABHEM KALLUF *(Economista)*

CASSIANO CORRÊA DE OLIVEIRA *(Estagiário de Economia)*

EDITORIAÇÃO

MARIA LAURA ZOCCOLOTTI *(supervisão editorial)*

CLAUDIA ORTIZ *(revisão de texto)*

ANA BATISTA MARTINS *(editoração eletrônica)*

DORA SÍLVIA HACKENBERG *(normalização bibliográfica)*

STELLA MARIS GAZZIERO *(projeto gráfico)*

Mesmo com alguns disfarces costumeiros, a divulgação das estatísticas econômicas relativas aos meses de maio e junho de 2012 foi uma autêntica ducha de água fria no otimismo de fachada das manifestações do primeiro escalão do governo Dilma, que enxerga o País de uma maneira bastante diferente da esmagadora maioria dos atores sociais, atentos à flagrante fragilização dos elementos virtuosos presentes em 2010 e mantidos no princípio de 2011.

A retórica do Executivo traz a sentença do firme delineamento de uma reversão da marcha de desaceleração da economia brasileira, observada desde o segundo semestre de 2011, como desdobramento das práticas de austeridade monetária e fiscal de fins de 2010 e começo de 2011, justificadas pela prioridade do combate à inflação, e da interferência da instabilidade global.

De fato, percebe-se uma marcha lenta dos negócios derivada da acumulação ainda excessiva de estoques, com a brechada no embalo do consumo das famílias, por conta da exaustão da capacidade de endividamento primário e impulsão da inadimplência da população, e da fragilização das exportações, em decorrência do agravamento da crise externa, caracterizada pela recessão europeia, estagnação dos Estados Unidos e do Japão e moderação na expansão da China, apesar da generalizada aplicação de remédios visando à ampliação da demanda.

O Produto Interno Bruto (PIB) chinês cresceu 7,6% no segundo trimestre de 2012, contra 8,1% no intervalo compreendido entre janeiro e março, sendo o pior desempenho em três anos.

No caso dos EUA, fora a recessão dos anos 80, trata-se da mais morosa superação de um evento econômico adverso desde a Segunda Guerra, com o PIB variando, em bases anualizadas, apenas 2,0% e 1,5%, no primeiro e segundo trimestre de 2012, respectivamente.

No primeiro semestre do corrente ano, a comercialização de residências caiu a ¼ do ápice experimentado em 2006, naquele país, chegando aos patamares contabilizados nos cenários de retração de 1970 e 1982, e as taxas de desemprego ainda fecharam em níveis superiores a 8,0% da População Economicamente Ativa (PEA), também influenciadas pelo deslocamento de atividades industriais e de serviços para os mercados emergentes.

Mesmo assim, prognósticos dos mercados indicam que, a contar do começo da crise, em 2007, o PIB norte-americano deve crescer menos de 3,0% até 2012 e pouco mais de 20% até 2020, enquanto a zona do euro deve amargar redução de -1,0% e incremento de 7,0%, respectivamente.

No Brasil, apenas a título de ilustração, o grau de endividamento das pessoas físicas, obtido pelo quociente entre o estoque de crédito e os rendimentos em doze meses, saltou de cerca de 30% do PIB em 2008 para 43% em junho de 2012. Já a absorção dos rendimentos mensais para o pagamento de prestações pulou de 18% antes da crise de 2008 para cerca de 22% em junho de 2012. Conforme a Serasa Experian, a inadimplência (atraso nos pagamentos superiores a 90 dias) dos consumidores subiu 19% no primeiro semestre de 2012.

O pior é que o surgimento de indicadores frustrantes ocorreu a despeito do lançamento de estímulos oficiais à retomada do ciclo de negócios. Entre eles, sobressai a oferta de mais de R\$ 100,0 bilhões em desonerações tributárias (folha de salários e imposto sobre produtos industrializados para automóveis) e crédito subsidiado (especialmente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES) para a compra de caminhões, ônibus e máquinas e equipamentos. Tudo isso, que corresponderia a cerca de um mês de arrecadação federal, vem tardando a vingar também em razão dos costumeiros embaraços enfrentados no Congresso Nacional para a aprovação das correspondentes medidas provisórias.

* Economista, diretor-presidente do IPARDES.

Na mesma linha, houve redução dos juros básicos, que chegaram às menores taxas da história, a devolução de parcela dos recolhimentos compulsórios a prazo mantidos pelas instituições financeiras junto ao Banco Central (BC) – para o financiamento de automóveis e veículos leves –, a diminuição das alíquotas do imposto sobre operações financeiras (IOF) para as operações de consumo das pessoas físicas, etc.

Convém recordar que essa cesta de vantagens foi antecedida pelo reajuste real de 7,5% do valor do salário mínimo, a partir de janeiro de 2012, pelo alívio tributário para eletrodomésticos de linha branca e móveis, em paralelo aos movimentos de depreciação do real, contínuo declínio das pressões inflacionárias e deflagração de uma cruzada nacional na mira da retração dos *spreads* dos bancos.

A propósito do último ponto, entre agosto de 2011 e agosto de 2012, o Comitê de Política Monetária (COPOM), do Banco Central, promoveu nove cortes seguidos na taxa Selic, referência para a rolagem dos papéis do governo e as transações interbancárias, fazendo-a cair de 12,5% a.a. para 7,5% a.a. Com isso, os juros reais brasileiros desceram do primeiro para o quinto lugar na economia global, situando-se ao redor de 2,0% a.a., contra 6,6% a.a. em agosto de 2011, atrás da China (4,1% a.a.), Chile (2,4% a.a.), Rússia (2,3% a.a.) e Austrália (2,3% a.a.).

Na economia real, o PIB brasileiro cresceu apenas 0,4% e 0,6% no segundo trimestre de 2012 frente ao primeiro trimestre do corrente ano e ao mesmo trimestre de 2011, respectivamente. No acumulado do ano, o agregado variou 0,6% e, em doze meses, 1,2%, fortemente amparado na evolução do consumo do governo (3,2% e 2,2%, respectivamente) e das famílias (2,5% em ambas as referências) que, por sinal, preserva uma marcha de ascensão ininterrupta por 35 trimestres. Já o investimento continua em rota cadente, recuando de 18,8% para 17,9% do PIB entre os segundos trimestres de 2011 e 2012, atingindo o menor nível para o período desde os 17,2% do segundo trimestre de 2009.

Em igual direção, o montante de produção das unidades industriais caiu -3,8% entre janeiro e junho de 2012, -2,3% em doze meses terminados em junho, e -5,5% em junho, frente o mesmo mês de 2011, sendo a décima queda consecutiva nesta base de confronto e a pior performance desde setembro de 2009. Com isso, a atividade fabril retrocedeu ao nível de agosto de 2007.

Resultados de pesquisa da FGV indicam que as incertezas empresariais quanto ao futuro, manifestadas nos dias de hoje, são as maiores desde 2009.

A fabricação de bens de capital recuou -12,5% nos primeiros seis meses do ano, a maior redução entre os segmentos industriais, evidenciando a consolidação de uma trajetória de contenção dos investimentos. Aliás, pesquisa efetuada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) mostra que as incertezas empresariais quanto ao futuro seriam as maiores desde 2009, em consequência da crise na Europa e da debilidade da economia da Argentina, principal destino das exportações brasileiras de manufaturas.

Assim, em pouco mais de trinta dias, os prognósticos de evolução do PIB para o exercício de 2012 cheio, formulados por especialistas do mercado consultados pelo Banco Central, declinaram de 3,0% para menos de 2,0%. A própria autoridade monetária revisou para baixo suas projeções de crescimento do PIB de 3,5% para 2,5%, ficando abaixo da variação de 2,7% registrada em 2011.

Na pior das hipóteses, a expectativa era de resposta encorpada, ainda que transitória, da demanda doméstica, que extrapolasse a simples desova de estoques ou a antecipação de compras, traduzida no acréscimo de 9,0%, 8,5% e 8,1% na produção de eletrodomésticos de linha branca, em abril, maio e junho, respectivamente, e de 13,6%, 22,3% e 5,1% na de móveis.

Apostava-se também em efeitos que ultrapassassem a recuperação de 24% na comercialização de automóveis verificada em junho, em razão da redução do IPI, o que fez os estoques de carros nas concessionárias recuarem de mais de 40 dias para menos de 30 dias, quase regressando aos padrões considerados normais. Frise-se que o corte do IPI para veículos, divulgado no dia 21 de maio, foi incapaz de modificar o ambiente de queda de -5,3% da produção naquele mês, depois da contração de -2,7% em abril. Aliás, a recuperação de 3,0% no volume de produção de junho frente a maio pode ser considerada pífia quando confrontada com as quedas de -17,9% em relação a junho de 2011, -18% no semestre e -9,4% em doze meses.

No entanto, o ufanismo do Executivo federal negligenciou a persistente predominância do crédito caro e a natureza modesta e pontual das benesses fiscais, dirigidas a alguns segmentos escolhidos, sem anúncio convincente de critérios e desfocadas de objetivos de médio e longo prazo, especialmente aqueles voltados à restauração do investimento público, ao desbloqueio das parcerias e das concessões e à emancipação do sucateamento de parte da infraestrutura do País, em face do ambiente de paralisia dos projetos privados, atrelado à depressão no espírito animal com a queda de capacidade competitiva e de confiança.

A esse respeito, a recente e improvisada flexibilização fiscal fez o superávit primário (saldo entre receitas e despesas públicas antes do pagamento dos juros da dívida) fechar o primeiro semestre de 2012 em R\$ 48,1 bilhões, cifra 14% menor que a verificada no mesmo período de 2011, devido à maior intensidade de variação dos gastos (12,5%), fortemente concentrados em salários, Previdência e outros custeios, frente à arrecadação (8,7%).

Ainda nessa linha, o balanço oficial do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) evidencia a exígua competência oficial no planejamento e execução das inversões. Entre janeiro de 2011 e junho de 2012, houve a conclusão de empreendimentos que absorveram cerca de R\$ 211,0 bilhões, sendo 61,3% correspondentes ao financiamento habitacional, contra 26,1% para o setor energético e 11,6% para a área de transportes, fortemente prejudicada pelos escândalos de corrupção e as substituições realizadas no *staff* do ministério e do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

Os efeitos da recente confirmação dos pragmáticos ajustes nas inclinações ideológicas, promovidos no interior do Executivo, impostos pela reconhecida fragilidade orçamentária do Estado, alargando as atitudes tomadas no primeiro semestre de 2012, quando da cessão dos terminais aeroportuários de Viracopos, Brasília e Guarulhos, e lançando o Pacote de Investimentos em Logística, só poderão ser testados a partir do segundo semestre de 2013.

No fundo, a política econômica vem sendo formulada, na melhor das hipóteses, para estimular as decisões de produção, que embutem um horizonte temporal curto, e não para orientar as escolhas relativas aos investimentos, que devem ser guiadas por informações qualitativas e quantitativas capazes de referenciar o longo prazo. A título de exemplo, as inversões governamentais em infraestrutura ainda estão distantes dos 2,0% do PIB, ante necessidades superiores a 4,0% e 6,0% do PIB na Índia e 13,4% na China.

Não por acaso, as performances positivas na indústria e comércio têm se restringido aos bens não duráveis e semiduráveis de consumo, mais dependentes da massa de salários e do nível de emprego e menos sensíveis às desfavoráveis condições de crédito prevalentes no País. Tanto é assim que a produção do grupo micro-ondas e liquidificadores, não beneficiado com os estímulos do IPI, diminuiu 13,6% em abril e 25,5% em maio (último mês com dados disponíveis).

Especificamente, o declínio consistente da inflação, as atualizações salariais, influenciadas pela correção nominal de mais de 14% do mínimo em janeiro de 2012, e a preservação do vigor do mercado de ocupações, puxado pela construção civil e setor de serviços, vêm assegurando elevações dos rendimentos reais requeridos para o consumo de bens essenciais.

Há uma inquestionável resistência da geração de empregos à desaceleração da economia, comprovada pela criação líquida de 1.232.843 postos nos primeiros sete meses de 2012, 3,25% superior ao resultado do mesmo período de 2011, conforme o Cadastro

Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego, que afere os registros de admissões e desligamentos registrados pelas empresas. Em simultâneo, a taxa de desemprego vem atingindo pisos históricos, segundo a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE.

O mais complicado é a persistência das barreiras estruturais ao crescimento, expressas nos reduzidos ganhos de produtividade de baixos níveis de investimento.

Contudo, o mais complicado é a persistência das barreiras estruturais ao crescimento, com ênfase para a estagnação da produtividade, a desindustrialização de encadeamentos produtivos chave e, por extensão, a apatia do investimento, desprezadas nas iniciativas de restauração transitória da demanda agregada via indução ao consumo e redução seletiva de gravames tributários.

Mais uma vez, a ausência de percepção adequada da dimensão e das implicações da turbulência exógena levou ao descaso com o desarranjo dos fatores de competitividade sistêmica da produção nacional, começando pelos tradicionais associados à elevada carga de impostos, juros e despesas com insumos energéticos, passando pelo ininterrupto sucateamento infraestrutural, excessiva burocracia, ausência de incentivos à impulsão da retaguarda em tecnologia e inovação, e incorporando mais recentemente as apreciações salariais e cambiais.

Em uma década, enquanto o valor real do dólar encolheu quase 30%, os custos industriais reais – deflacionados pelo índice de preços ao consumidor amplo (IPCA), mensurado pelo IBGE – com energia elétrica, salários e recolhimento de IPI aumentaram 41%, 35% e 24%, respectivamente. No que se refere ao câmbio, mesmo com a apreciação do dólar, observada entre maio e julho, a valorização do real ainda estaria em cerca de 15%.

A gestão econômica brasileira não pode prescindir da constatação de que sem o incremento contínuo da eficiência industrial, os alargamentos da abrangência do consumo doméstico de curto prazo tendem a se transformar em transferência líquida de recursos reais ao exterior, na forma de menor velocidade de evolução, ou até enfraquecimento, das vendas externas, e de encolhimento sistemático da participação da produção manufatureira nacional no mercado brasileiro, em benefício da entrada crescente de insumos e produtos de origem estrangeira.

Até porque a deterioração do estado de ânimo quanto ao futuro vem transformando os empresários nacionais, sem exagero, em autênticos comerciantes de peças, partes, componentes e produtos finais importados, sobretudo manufaturas chinesas, depositadas nos espaços físicos antes ocupados por linhas de produção que foram desativadas.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O IPCA

Guilherme Amorim*

No início deste ano, a ponderação dos itens que compõem o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado desde 1979, recebeu atualização baseada na Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 2008-2009. Ambos os levantamentos são realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A periódica adaptação dos pesos relativos de produtos e serviços pesquisados torna o IPCA mais aderente ao perfil de consumo das famílias. O índice congrega informações relativas a famílias que possuem renda mensal, de quaisquer fontes, entre um e quarenta salários mínimos. A ponderação vigente até então fundamentava-se na POF de 2002-2003, que substituiu aquela amparada na mesma pesquisa, relativa ao período 1995-1996.

Na estrutura nacional atualizada (tabela 1), há variação significativa no principal grupo, Alimentação e Bebidas, com crescimento de 2,69% em sua participação. Tanto o consumo alimentar doméstico quanto aquele realizado fora da residência passaram a ter mais relevância nos orçamentos familiares. No primeiro, houve queda sensível no segmento de tubérculos, raízes e legumes, bem como em cereais, leguminosas e oleaginosas. Os demais segmentos apresentaram estabilidade ou crescimento na participação relativa, com destaque para a elevação no peso de açúcares e derivados, carnes bovina e suína (*in natura* e industrializadas), aves e ovos, e óleos e gorduras.

Por sua vez, o crescimento dos gastos com habitação está associado à elevação do montante despendido com reparos, gastos com mão de obra em particular. Houve redução relevante no peso dos recursos alocados com educação, com exceção do segmento de cursos técnicos, de informática e de pós-graduação. No tocante a gastos com comunicação, sua participação caiu 1,69% no índice geral, e seus segmentos foram reestruturados para se adaptar às mudanças tecnológicas introduzidas no cotidiano familiar. Assim, os ponderadores de dispêndios com correios, telefone fixo, telefone público e aparelho telefônico caíram, enquanto o peso dos gastos com telefone celular elevou-se discretamente e o relacionado a acesso à internet passou de 0,13 para 0,32. O segmento de televisão a cabo foi extinto e deu lugar aos de televisão por assinatura com internet e telefone com internet.

TABELA 1 - IPCA - ESTRUTURA BÁSICA DE PONDERAÇÃO, POR GRUPOS DE PRODUTOS E SERVIÇOS - BRASIL

GRUPO	POF 1995-1996	POF 2002-2003	POF 2008-2009
Alimentação e Bebidas	24,15	20,43	23,12
Habitação	15,39	13,62	14,62
Artigos de Residência	6,78	4,90	4,68
Vestuário	6,55	6,43	6,67
Transportes	19,10	21,10	20,54
Saúde e Cuidados Pessoais	10,46	10,62	11,09
Despesas Pessoais	10,63	9,20	9,94
Educação	4,84	7,16	4,37
Comunicação	2,10	6,55	4,96

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, SNIPC

No índice relativo à região de Curitiba (tabela 2), a atualização da ponderação dos grupos ocorreu nas mesmas direções do nacional, excetuando-se a participação de Despesas Pessoais. A discreta redução na relevância desse grupo deve-se à queda no peso dos gastos com empregados domésticos, despachante, serviços bancários, fumo e fotografia (outra alteração imposta por mudança no padrão tecnológico).

Percebe-se que a elevação na importância do grupo Alimentação e Bebidas ocorreu com intensidade superior à média nacional. A alimentação no domicílio passou a ter peso equivalente

* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

a 14,57% do índice curitibano, contra 12,69% da ponderação anterior. A participação do segmento de aves e ovos cresceu mais de 31% e o consumo de carne quase dobrou. Os segmentos de frutas e de leite e derivados também passaram por elevação sensível.

TABELA 2 - IPCA - ESTRUTURA BÁSICA DE PONDERAÇÃO, POR GRUPOS DE PRODUTOS E SERVIÇOS - CURITIBA

GRUPO	POF 1995-1996	POF 2002-2003	POF 2008-2009
Alimentação e Bebidas	21,69	19,07	22,25
Habitação	13,38	13,93	15,48
Artigos de Residência	7,86	5,01	4,65
Vestuário	7,50	6,37	7,43
Transportes	21,24	24,51	22,17
Saúde e Cuidados Pessoais	10,53	9,57	11,15
Despesas Pessoais	11,00	9,47	9,24
Educação	4,86	6,50	3,18
Comunicação	1,95	5,58	4,45

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, SNIPC

Uma vez que a renda é a variável-chave do IPCA, os ajustes na composição dos índices regionais e nacional também devem considerar a evolução no rendimento familiar e os reajustes do salário mínimo. A nova estrutura regional de ponderação mostra uma tendência à diminuição do consumo de São Paulo na formação do índice (tabela 3). Fortaleza, Porto Alegre e Rio de Janeiro também perderam participação. Curitiba continua a ter o quinto maior peso entre as regiões pesquisadas, mas o crescimento das participações relativas de Recife e Belém na composição é relevante.

TABELA 3 - IPCA - ESTRUTURA BÁSICA DE PONDERAÇÃO, POR REGIÕES

REGIÃO	POF 1995-1996	POF 2002-2003	POF 2008-2009
Belém	3,85	4,15	4,65
Belo Horizonte	9,15	10,83	11,23
Brasília	3,06	3,37	3,46
Curitiba	7,49	7,42	7,79
Fortaleza	3,34	3,87	3,49
Goiânia	3,78	3,73	4,44
Porto Alegre	9,19	8,92	8,40
Recife	4,25	4,10	5,05
Rio de Janeiro	13,40	13,68	12,46
Salvador	6,23	6,87	7,35
São Paulo	36,26	33,06	31,68
Brasil	100,00	100,00	100,00

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, SNIPC

A quantidade de grupos e segmentos sujeitos à inflação passada demonstra a imissão da indexação na economia brasileira. O mecanismo fundamenta reajustes de preços livres (aluguéis, educação, mão de obra) e, em alguma medida, de preços administrados. Serviços de utilidade pública, transporte coletivo, gasolina, *diesel*, contratos de assistência médica e remédios são considerados preços administrados; ou seja, são estipulados ou regulados por entidades do Estado.

Ao abordar a atualização do IPCA, o primeiro Relatório de Inflação emitido pelo Banco Central neste ano avaliou que os preços administrados tornaram-se menos importantes com a nova ponderação. A autoridade monetária calculou que o peso desse conjunto caiu de 30% para 24% do total do índice.

Duas mudanças deverão tornar o IPCA um índice conjuntural mais fidedigno. Planeja-se ampliar gradualmente a cobertura geográfica, mantida a metodologia. Para além disso, o IBGE planeja realizar com periodicidade quinquenal uma versão completa da POF, nos moldes da atual. Nos demais anos, um questionário sucinto será utilizado, o que respaldará ajustes com menor defasagem na estrutura de ponderação das grandes categorias de produtos.

A VALORIZAÇÃO DAS *COMMODITIES* AGRÍCOLAS E AS EXPORTAÇÕES PARANAENSES

Francisco José Gouveia de Castro*

A recente divulgação da balança comercial brasileira pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) aponta a sobressalente representatividade das *commodities* agrícolas na pauta de exportações do Estado do Paraná. Não obstante a importância dos grãos, que representaram 38,8% do valor negociado, o complexo das carnes apresentou participação de 13,4%, o que indica forte predominância dos produtos agropecuários na pauta de exportação do Estado, que em seu conjunto, contribuiu com 62,4% das vendas nos sete primeiros meses de 2012.

Entre os principais produtos comercializados, verifica-se que soja em grão, café solúvel, cereais e carne de frango *in natura* contabilizaram aumento no valor exportado de 31,1%, 19,5%, 8%, 7,9%, respectivamente, em comparação ao resultado registrado no acumulado de janeiro a julho de 2011, como reflexo das propícias condições do mercado internacional, derivadas da redução dos estoques mundiais e do maior volume físico negociado das *commodities* (tabela 1).

O destaque, porém, são os resultados apresentados pelo *quantum* de milho, que registrou aumento de 143%, atingindo 976 mil toneladas. Já as exportações brasileiras tiveram aumento de 15% nesse período, atingindo 3,5 milhões de toneladas. Tal desempenho no Paraná pode ser creditado ao maior volume de milho safrinha.

Já a movimentação física da soja em grão cresceu 21,1% em relação ao primeiro semestre de 2011, registrando o volume de 5,2 milhões de toneladas. É oportuno frisar que a *performance* das oleaginosas reflete a boa safra de 2010/2011, uma vez que os altos preços fizeram os produtores comercializar toda a produção antecipadamente, o que contribuiu para a redução do estoque no primeiro semestre de 2012, no Paraná.

Igualmente relevante é a constatação de que, mesmo com os altos preços dos grãos, os consumidores seguirão demandando, principalmente a China, que representou 83% do volume de soja exportado pelo Paraná no primeiro semestre de 2012. Segundo estimativas divulgadas pelo United States Department of Agriculture (USDA), a China deve importar 61 milhões de toneladas de soja no ano comercial de 2012/2013, uma vez que deverá ocorrer uma redução de 7,8% em seu estoque.

TABELA 1 - EXPORTAÇÕES DE *COMMODITIES*, SEGUNDO PRINCIPAIS PRODUTOS - PARANÁ - JANEIRO A JULHO 2011-2012

PRODUTO	JANEIRO A JULHO DE 2011		JANEIRO A JULHO DE 2012		VAR. (%)
	US\$	%	US\$	%	
Soja em grão	2 010 410 432	20,7	2 635 812 632	25,5	31,1
Carne de frango <i>in natura</i>	984 875 652	10,1	1 062 251 095	10,3	7,9
Farelo de soja	920 398 752	9,5	782 448 057	7,6	-15,0
Óleo de soja bruto	365 057 327	3,8	387 372 319	3,7	6,1
Cereais	319 588 033	3,3	345 182 800	3,3	8,0
Café solúvel	147 974 940	1,5	176 781 156	1,7	19,5
Madeira compensada ou contra placada	160 983 215	1,7	169 632 162	1,6	5,4
Couro	132 962 428	1,4	135 829 086	1,3	2,2
Demais madeiras e manufaturas de madeira	105 380 940	1,1	122 964 252	1,2	16,7
Aubos e fertilizantes	116 233 910	1,2	103 381 432	1,0	-11,1
Carnes salgadas	89 083 732	0,9	74 519 987	0,7	-16,3
Carne suína <i>in natura</i>	78 823 296	0,8	69 418 410	0,7	-11,9
Café cru em grão	103 151 805	1,1	67 257 064	0,7	-34,8
Outros produtos	992 428 957	10	317 505 127	3	-68,0
Total do setor primário	6 527 353 419	67,1	6 450 355 579	62,4	-1,2
Demais produtos	3 197 261 467	32,9	3 886 307 968	37,6	21,6
TOTAL	9 724 614 886	100,0	10 336 663 547	100,0	6,3

* Economista, coordenador do Núcleo de Macroeconomia e Conjuntura do IPARDES.

FONTE: MDIC-SECEX
NOTA: Elaboração do IPARDES.

No entanto, segundo a pesquisa mensal de previsão e acompanhamento de safras, realizada pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), as estimativas para 2012 apontam retração da produção de grãos no Paraná. A estiagem severa que atingiu o Estado entre dezembro de 2011 e fevereiro de 2012 terá impacto sobretudo nas lavouras de soja, com declínio de 29% na produção, de 15,4 para 10,9 milhões de toneladas. Já o milho deve registrar crescimento nas quantidades produzidas de 37,9%, saltando de 12,2 para 16,9 milhões de toneladas, devido à expansão de 20,6% da área colhida e de 14,4% da produtividade, em relação à safra de 2010/2011. Cabe destacar que, segundo expectativas da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento (SEAB), o Estado produzirá, na segunda safra de milho deste ano, 10,3 milhões de toneladas de grãos, o que representa a maior colheita do milho safrinha da história do Paraná.

Os efeitos financeiros da estiagem, que afetou a safra de soja no primeiro semestre, deverão ser amenizados por conta da favorável conjuntura das *commodities* agrícolas no mercado internacional, o que tem mantido a cotação dos bens primários em patamares elevados. Atualmente, os principais fatores que estão influenciando a formação de preços agrícolas, além das condições de oferta e demanda dessas *commodities*, são as flutuações nos mercados financeiros, principalmente as relacionadas às estratégias especulativas, já que os contratos transacionados nos mercados de futuros refletem as expectativas dos agentes em relação ao comportamento futuro dos preços dessas *commodities*.

A deterioração do quadro de oferta de grãos nos EUA na próxima safra (2012/2013), segundo relatório divulgado pelo USDA, deflagrou as pressões sobre as cotações internacionais de *commodities*, como milho e soja, uma vez que os reflexos da estiagem e do calor derrubarão em 16,9% a colheita de milho, em relação à safra 2011/2012. Em linha semelhante, os reflexos deletérios sobre as lavouras de soja reduzirão a produção em 12%, registrando 73,3 milhões de toneladas em 2012/2013.

No entanto, uma vez que a cultura de milho nos EUA representa um terço da produção global, as estimativas indicam retração do estoque e da produção mundial de grãos em 8,49% e 1,89%, respectivamente, em relação à safra de 2011/2012 (tabela 2).

TABELA 2 - ESTIMATIVAS DE ESTOQUE E PRODUÇÃO MUNDIAL DE GRÃOS, SEGUNDO PRINCIPAIS PRODUTOS - 2010/2011-2012/2013

PRODUTOS	ESTOQUE (Em milhões de toneladas)		VAR. (%)	PRODUÇÃO (Em milhões de toneladas)		VAR. (%)
	Safra 2011/2012	Safra 2012/2013		Safra 2011/2012	Safra 2012/2013	
	Soja	51,94		55,66	7,16	
Milho	135,97	123,33	-9,30	876,84	849,01	-3,17
Farelo de soja	8,56	7,53	-12,03	178,01	179,19	0,66
Grãos brutos	168,52	152,13	-9,73	1.314,20	1.289,94	-1,85
Total de grãos	471,12	431,11	-8,49	2.770,98	2.718,58	-1,89

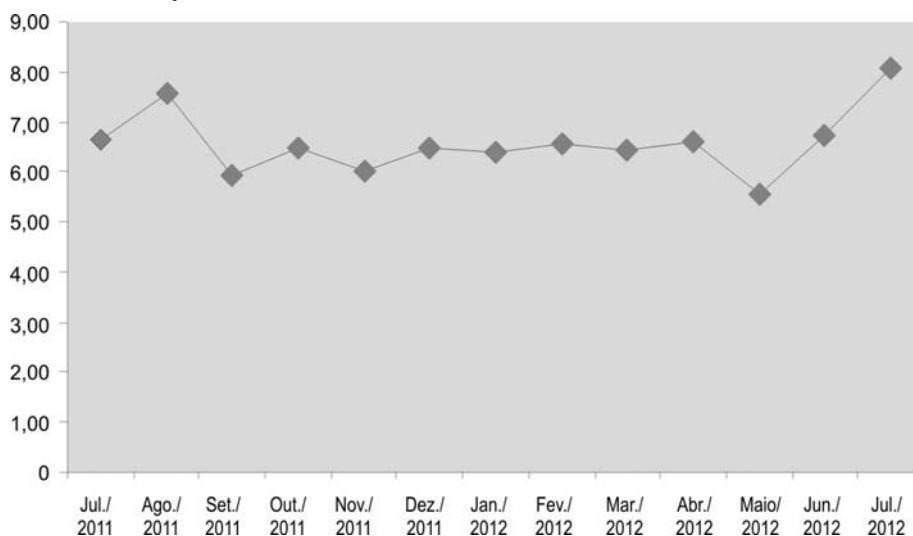
FONTE: United States Department of Agriculture (USDA)

Portanto, diante dos fatores associados ao lado real da economia, há fortes expectativas de que os preços da soja e do milho continuarão a crescer por um longo período. Desta forma, investidores do mercado financeiro vêm alocando vultosos capitais em ativos vinculados ao mercado futuro que, por sua vez, influenciam a formação de preços no mercado *spot*. Tanto é assim que na Chicago Board of Trade (CBOT), referência global para as cotações de grãos, os contratos futuros de soja e do milho acumularam valorização de 43,6% e 24,7% no ano, respectivamente. Na média, os produtos agrícolas já estão no maior patamar desde agosto do ano passado. Todavia, em maio deste ano, de modo geral, as *commodities* recuaram devido ao surto de aversão ao risco que tomou conta dos mercados financeiros em função da crise na Grécia e na Espanha, e das preocupações com o desaquecimento da economia chinesa. Só em maio, fundos de investimentos sacaram mais de US\$ 8,2 bilhões dos contratos futuros de matérias-primas, de acordo com levantamento da Barclays Capital.

Com as expectativas de uma nova injeção de dólares na economia americana pelo Federal Reserve (FED), a efetivação do acordo para a recapitalização dos bancos europeus e com as pressões do estoque global de grãos, a cotação das *commodities* retomaram a trajetória de crescimento. Entre junho e julho, o valor da carteira de *commodities* agrícolas dos fundos que investem nas bolsas americanas cresceu 9%, passando de US\$ 89 bilhões para US\$ 97 bilhões.

Diante desse quadro, a cotação da soja na Bolsa de Chicago passou de 13,4 US\$/Bushel para 17,2 US\$/Bushel, o que contabiliza valorização de 28,4% entre maio e julho. O milho registrou crescimento de 45,5% em relação a maio, passando de 5,5 US\$/Bushel para 8 US\$/Bushel (gráficos 1 e 2).

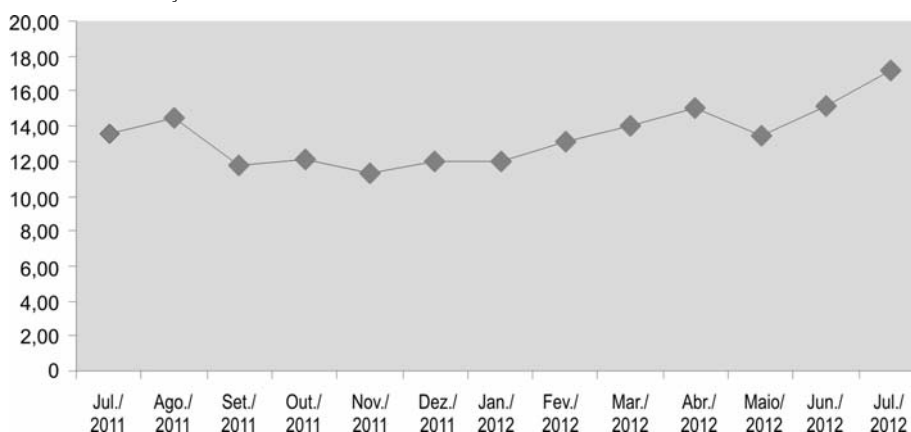
GRÁFICO 1 - COTAÇÃO MÉDIA MENSAL DO MILHO NA BOLSA DE CHICAGO - JUL/2011-JUL/2012



FONTES: Banco Central do Brasil

NOTA: Elaboração do IPARDES.

GRÁFICO 2 - COTAÇÃO MÉDIA MENSAL DA SOJA NA BOLSA DE CHICAGO - JUL/2011-JUL/2012



FONTES: Banco Central do Brasil

NOTA: Elaboração do IPARDES.

No Brasil, às vésperas do início do plantio de soja da safra 2012/2013, o contrato da BM&F foi negociado, em média, a US\$ 38,11 por saca no último mês, representando um salto de 46,7% desde o início do ano, maior patamar desde que o contrato começou a ser negociado. No mercado físico, segundo o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA), a soja entregue no porto de Paranaguá foi negociada com preços acima dos US\$ 41 por saca nas últimas semanas de agosto. Já os contratos do milho foram negociados, em média, a R\$ 34,22 por saca. O valor é 31,56% maior que o observado em dezembro de 2011.

Na verdade, o fator-preço das *commodities* agrícolas será determinante nos resultados da balança comercial paranaense em 2012, uma vez que os efeitos negativos da estiagem do final de 2011 e início de 2012 serão amenizados pela elevada cotação dos preços da soja e pelo aumento do *quantum* do milho, já que esta lavoura não sofreu os efeitos da seca deste ano. Ademais, a quebra da safra de milho nos Estados Unidos, cuja colheita estava prevista para agosto, corroborou para a pressão sobre os estoques mundiais de grãos, contribuindo para o desequilíbrio entre a oferta e demanda mundial.

AGROINDÚSTRIA

CMN aprova programa de apoio à suinocultura

O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou o plano de apoio à suinocultura negociado entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e a Associação Brasileira dos Criadores de Suínos (ABCS). As dívidas de custeio e investimento – vencidas ou prestes a vencer – serão prorrogadas.

Três linhas de crédito com juros anuais de 5,5% foram estabelecidas: para a manutenção de matrizes, limitada a R\$ 2 milhões por produtor e prazo de vencimento não superior a dois anos; para o pagamento de dívidas não bancárias, com prazo de cinco anos, onde foram alocados R\$ 300 milhões; para a aquisição de leitões com preço de R\$ 3,60 o quilo, em que foi liberado crédito de R\$ 200 milhões a cooperativas, indústrias e varejistas. Emergencialmente, foram realizados leilões de suínos vivos com preços de referência de R\$ 2,30 no Sul e no Sudeste e de R\$ 2,15 no Centro-Oeste, com intuito de suprimir estoque estimado de 76 mil toneladas. Caso o preço de comercialização se situasse abaixo desses níveis, os criadores poderiam recorrer a subsídios de até R\$ 0,40 por quilo.

KISS, Janice; VELOSO, Tarso. Suinocultores terão socorro do governo. *Valor Econômico*, São Paulo, 11 jul. 2012. Empresas, p.B13.

VELOSO, Tarso. CMN ratifica amanhã socorro a suinocultores. *Valor Econômico*, São Paulo, 31 jul. 2012. Empresas, p.B14.

BNDES concederá empréstimo de R\$ 200 milhões à Renuka

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) concederá empréstimo de R\$ 200 milhões à Renuka do Brasil, produtora de açúcar e álcool, controlada pelo grupo indiano Shree Renuka Sugars. Em 2009, a empresa adquiriu duas usinas na região Norte Central do Paraná, nos municípios de São Pedro do Ivaí e Marialva. A companhia possui duas outras usinas no estado de São Paulo. As quatro unidades têm, combinadas, capacidade instalada de moagem avaliada em 10,5 milhões de toneladas de cana-de-açúcar.

O empréstimo destina-se à renovação e expansão de canaviais, modernização de instalações e liquidação de dívidas de curto prazo. A liberação do empréstimo está condicionada a um aporte de capital, estimado em R\$ 185 milhões, a ser realizado pela Renuka.

MAGOSSO, Eduardo. Produtora de açúcar Renuka terá crédito de R\$ 200 milhões do BNDES. *O Estado de S. Paulo*, 14 ago. 2012. Economia, p.B11.

INDÚSTRIA

Schneider ampliará fábrica em Curitiba

Fabricante de equipamentos para gerenciamento de energia elétrica e automação industrial, a Schneider Electric investirá R\$ 2,5 milhões na expansão de sua planta em Curitiba. Nessa unidade, são fabricados dispositivos para distribuição de eletricidade.

SCHNEIDER investirá R\$ 2,5 milhões em unidade paraense. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 09 ago. 2012. p.26.

* Elaborado com informações disponíveis de 1.^o/07/2012 a 31/08/2012.

** Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

Nutrilatina investe e diversifica produção

Sediada em Curitiba, a Nutrilatina – fabricante de alimentos, suplementos e cosméticos – investirá R\$ 40 milhões na implantação de duas novas linhas de produtos, nos próximos três anos. Serão desenvolvidos suplementos para praticantes de exercícios e medicamentos dermatológicos. O investimento está enquadrado no programa de incentivos fiscais Paraná Competitivo, do governo estadual.

JUNGES, Cíntia. Nutrilatina investe R\$ 40 milhões. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 15 ago. 2012. p.25.

Bosch demitirá 400 funcionários em Curitiba

A multinacional alemã Bosch demitirá 400 funcionários de sua planta da Cidade Industrial de Curitiba. A unidade fabrica bombas injetoras para motores a *diesel*, e a companhia registrou queda na demanda pelo produto. Bosch e Sindicato dos Metalúrgicos negociam um conjunto de benefícios para os trabalhadores atingidos.

SENKOVSKI, Antonio. Bosch vai demitir 400 empregados. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 18 ago. 2012. p.19.

Feel e indústria holandesa firmam parceria

Sediada em Francisco Beltrão, na região Sudoeste paranaense, a Flessak Energia Eólica (FEEL) firmou parceria com a Global Blade Technology (GBT), indústria holandesa voltada à produção de equipamentos para geração eólica de energia elétrica. As empresas construirão duas plantas, em Francisco Beltrão e Toledo (região Oeste), para fabricação de turbinas e de suas pás.

Estima-se que sejam investidos US\$ 50 milhões na implantação do projeto. Prevê-se que as duas unidades industriais entrem em operação no segundo semestre de 2013, com capacidade para produzir 150 turbinas anualmente.

PARANÁ terá fábricas de produção de equipamentos eólicos. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 23 ago. 2012. p.22.

O Boticário investirá R\$ 115 milhões em São José dos Pinhais

Indústria de cosméticos sediada em São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba, O Boticário alocará R\$ 85 milhões na ampliação da capacidade instalada e R\$ 30 milhões na construção de um laboratório para pesquisas. Os investimentos fazem parte de um plano estimado em R\$ 650 milhões, a ser executado no biênio 2012-2013. A maior parte dos recursos serão destinados à construção de uma nova fábrica em Camaçari e de um centro de distribuição em São Gonçalo dos Campos, municípios baianos.

CASADO, Letícia. Boticário investe em Camaçari e no Paraná. *Valor Econômico*, São Paulo, 24 ago. 2012. Empresas, p.B4.

RIOS, Cristina. Boticário vai investir R\$ 115 milhões no Paraná. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 24 ago. 2012. p.23.

Petrobras e Unimetal construirão fábrica de coque

Parceria entre Petrobras e Unimetal, a Coquepar programou o início da construção de sua fábrica para o segundo semestre deste ano. O complexo será erigido em terreno que ladeia a BR-476, ao lado da Refinaria Getúlio Vargas (REPAR), em Araucária (Região Metropolitana de Curitiba). Estima-se que a produção anual de coque calcinado, insumo para a indústria de alumínio, alcance 345 mil toneladas. A Coquepar planeja, adicionalmente, gerar até 10 megawatts de energia elétrica através da conversão dos gases gerados na produção de coque.

A Repar fornecerá à companhia o “coque verde”, resíduo sólido oriundo do refino de petróleo, para ser calcinado em temperatura de até 1.300 graus Celsius. Embora o montante a ser investido na fábrica não tenha sido divulgado, as controladoras haviam avaliado, em outras oportunidades, que sua implantação demandaria cerca de R\$ 500 milhões.

JASPER, Fernando. Coquepar quer iniciar obras de fábrica em Araucária ainda em 2012. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 26 ago. 2012. Economia, p.2.

Klabin implantará nova fábrica de papel-cartão

A Klabin estuda a construção de sua segunda fábrica de papel-cartão, com capacidade de produzir, anualmente, entre 300 e 450 mil toneladas. Prevê-se que a unidade comece a funcionar em 2015, embora a localização e estimativa do montante investido não tenham sido divulgados. O projeto também analisa a viabilidade de implantação de uma linha de produção de papel reciclado nessa nova planta.

Atualmente, a empresa instala novo equipamento para a produção de papel destinado a sacos industriais e projeta a construção de uma fábrica de celulose, estimada em R\$ 6,8 bilhões.

MAGBOSCO, André. Klabin planeja instalar nova fábrica de papel cartão. *O Estado de S. Paulo*, 29 ago. 2012. Economia, p.B14.

ECONOMIA PARANAENSE – INDICADORES SELECIONADOS

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2012

continua

ANO	ALGODÃO			ARROZ			BATATA-INGLESA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	336 000	561 519	1 671	390 545	638 000	1 636	42 630	521 762	12 239
1981	305 790	581 000	1 900	275 000	493 632	1 793	39 146	459 357	11 734
1982	369 500	739 000	2 000	204 000	256 620	1 258	50 460	603 553	11 961
1983	440 000	695 608	1 581	216 400	368 313	1 702	45 004	422 870	9 396
1984	322 124	611 865	1 899	196 700	242 570	1 233	40 904	505 915	12 368
1985	540 000	1 035 661	1 918	200 000	296 000	1 480	38 992	497 522	12 760
1986	415 000	768 434	1 852	140 000	206 000	1 411	40 509	416 596	10 284
1987	386 000	711 880	1 844	202 923	342 844	1 690	50 155	662 129	13 202
1988	470 000	903 107	1 922	188 615	316 732	1 679	49 464	654 282	13 227
1989	415 091	805 277	1 940	163 633	295 698	1 807	39 622	502 158	12 673
1990	490 000	852 600	1 740	151 003	253 501	1 679	41 285	616 498	14 933
1991	618 000	1 024 111	1 657	121 297	163 056	1 909	41 650	653 824	15 698
1992	704 498	972 804	1 381	134 000	217 200	1 621	43 925	683 500	15 561
1993	345 000	448 081	1 299	127 500	232 500	1 824	40 800	624 872	15 315
1994	235 000	422 541	1 798	105 301	217 466	2 065	45 069	643 865	14 286
1995	282 760	529 977	1 874	108 600	225 000	2 072	43 038	620 300	14 413
1996	182 700	287 061	1 571	96 300	205 000	2 129	49 236	716 000	14 542
1997	59 874	110 000	1 837	85 487	176 057	2 059	45 399	665 840	14 666
1998	112 994	170 358	1 508	80 521	170 080	2 113	43 510	571 854	13 143
1999	48 161	109 144	2 266	81 894	186 880	2 282	41 931	615 832	14 687
2000	54 420	126 051	2 316	79 823	179 885	2 254	36 448	648 376	17 789
2001	71 264	174 854	2 454	78 568	186 678	2 376	32 661	594 124	18 191
2002	35 958	83 970	2 335	75 717	185 245	2 447	33 782	659 353	19 518
2003	30 066	71 744	2 386	71 543	193 493	2 705	30 527	609 007	19 950
2004	47 247	89 944	1 904	68 051	182 090	2 676	29 336	580 350	19 783
2005	57 080	78 748	1 380	59 607	137 050	2 299	27 513	529 977	19 263
2006	13 870	22 567	1 627	59 287	171 913	2 900	28 239	585 310	20 727
2007	12 253	25 902	2 114	54 197	174 254	3 215	27 338	600 666	21 972
2008	6 496	16 089	2 477	47 019	172 737	3 674	27 740	680 160	24 519
2009	3 091	7 362	2 382	43 790	167 628	3 828	26 438	547 681	20 716
2010	99	203	2 051	40 455	166 848	4 124	30 079	727 433	24 184
2011 ⁽¹⁾	1 132	3 193	2 836	38 856	192 020	4 942	31 175	793 754	25 461
2012 ⁽¹⁾	1 233	1 906	1 546	35 262	176 795	5 014	29 287	727 384	24 836

ANO	CAFÉ			CANA-DE-AÇÚCAR			CEVADA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	734 152	180 000	245	57 990	4 451 480	76 763	30 172	39 172	1 298
1981	700 000	498 000	711	69 120	4 888 038	70 712	34 775	35 392	1 017
1982	303 000	96 000	317	90 000	6 840 000	76 000	35 950	27 247	758
1983	440 000	354 000	805	110 930	9 664 965	87 127	21 442	18 915	882
1984	424 000	252 000	594	121 696	8 428 836	69 261	19 574	18 400	940
1985	424 000	318 000	750	140 878	10 425 000	74 000	36 297	65 512	1 722
1986	422 825	120 000	284	160 000	11 600 000	72 500	27 600	60 000	2 174
1987	430 000	510 000	1 186	160 420	11 911 431	74 252	40 670	92 000	2 262
1988	505 581	114 000	226	156 497	11 856 032	75 759	42 498	49 485	1 164
1989	493 324	267 039	541	153 539	11 401 852	74 260	40 402	102 351	2 532
1990	426 391	156 702	368	159 417	11 736 412	73 621	28 213	50 844	1 802
1991	383 355	201 922	527	172 296	12 500 000	72 550	22 974	31 052	1 352
1992	296 000	108 000	365	184 000	13 350 000	72 554	17 700	43 326	2 448
1993	230 000	100 000	435	196 000	14 000 000	71 429	23 946	48 860	2 040
1994	184 351	81 990	445	215 796	15 945 937	73 894	14 207	27 975	1 969
1995	13 750	7 350	535	255 000	18 870 000	74 000	20 235	30 800	1 515
1996	134 000	67 000	500	294 000	23 000 000	78 231	26 110	85 430	3 272
1997	127 895	109 630	858	306 000	24 500 000	80 065	36 971	106 030	2 868
1998	128 127	135 707	1 060	310 344	26 640 767	85 843	42 957	84 371	1 964
1999	136 642	141 813	1 038	338 939	27 016 957	79 710	31 864	78 722	2 471
2000	142 118	132 435	932	327 147	23 190 410	70 887	32 135	69 146	2 152
2001	63 304	28 299	447	337 574	27 156 281	80 445	40 456	76 209	1 884
2002	129 313	139 088	1 076	358 312	28 120 716	78 481	46 750	77 862	1 665
2003	126 349	117 274	928	375 698	32 721 425	87 095	53 479	184 786	3 455
2004	117 376	152 260	1 297	398 969	33 552 515	84 098	53 819	167 450	3 111
2005	106 303	86 417	813	397 825	28 011 069	70 411	54 712	127 661	2 333
2006	100 973	139 376	1 380	444 723	34 461 627	77 490	31 745	106 891	3 367
2007	97 623	103 698	1 062	554 855	46 539 991	83 878	46 679	134 414	2 880
2008	96 804	157 882	1 631	601 656	50 958 155	84 696	36 551	150 241	4 110
2009	85 315	87 655	1 027	644 914	54 756 307	84 905	45 017	125 229	2 782
2010	82 831	138 963	1 678	652 005	55 077 630	84 553	48 824	180 804	3 734
2011 ⁽¹⁾	74 854	110 728	1 479	645 088	49 846 477	77 301	51 062	194 441	3 812
2012 ⁽¹⁾	69 502	97 614	1 404	651 254	50 589 370	77 680	55 790	215 415	3 861

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2012

conclusão

ANO	FEIJÃO			FUMO			MANDIOCA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	815 088	462 250	567	25 104	43 582	1 736	44 640	887 810	19 888
1981	852 835	570 860	669	16 663	29 273	1 757	58 700	1 100 380	18 746
1982	879 990	666 800	758	17 510	30 000	1 713	62 500	1 218 750	19 500
1983	699 685	347 035	496	19 130	29 250	1 529	69 870	1 452 870	20 794
1984	741 001	479 108	647	19 474	34 844	1 789	73 688	1 446 258	19 627
1985	723 764	499 617	690	19 150	35 980	1 879	85 800	1 722 864	20 080
1986	627 604	215 701	344	18 300	27 914	1 525	85 800	1 700 000	19 814
1987	754 210	391 355	519	23 150	40 800	1 762	85 445	1 853 950	21 698
1988	741 920	457 692	617	22 520	44 482	1 975	85 242	1 855 328	21 765
1989	528 741	223 031	422	22 827	41 972	1 839	77 349	1 622 846	20 981
1990	550 591	279 028	507	22 502	40 315	1 792	101 854	2 184 599	21 448
1991	624 036	348 332	558	22 865	41 494	1 815	102 265	2 261 788	22 117
1992	595 894	461 162	774	31 085	61 000	1 962	100 000	2 100 000	21 000
1993	545 800	444 000	813	35 364	67 141	1 899	137 000	3 014 000	22 000
1994	589 479	526 209	893	32 768	63 027	1 923	157 625	3 419 935	21 700
1995	487 309	422 451	867	32 588	52 638	1 615	144 000	3 168 000	22 000
1996	596 125	490 854	823	34 446	59 529	1 728	115 232	2 500 000	21 695
1997	557 123	475 458	853	41 163	74 493	1 810	144 500	2 600 000	17 993
1998	564 537	494 556	876	38 624	57 273	1 483	149 934	3 241 800	21 622
1999	680 317	570 097	838	36 116	68 076	1 885	164 258	3 446 805	20 984
2000	541 082	500 948	926	33 910	64 548	1 904	182 850	3 779 827	20 672
2001	428 343	470 214	1 098	34 736	68 594	1 975	172 815	3 614 859	20 918
2002	526 457	629 059	1 195	41 890	82 303	1 965	142 892	3 463 968	24 242
2003	544 906	718 084	1 318	53 292	100 768	1 891	108 097	2 476 346	22 909
2004	503 585	664 333	1 319	67 128	134 100	1 998	150 217	2 956 771	19 683
2005	435 201	554 670	1 275	78 890	153 126	1 941	166 885	3 346 333	20 052
2006	589 741	819 094	1 389	83 602	155 533	1 860	169 705	3 789 166	22 328
2007	545 239	769 399	1 411	79 173	158 700	2 004	173 235	3 762 445	21 719
2008	508 273	776 971	1 529	73 428	148 037	2 016	149 350	3 449 726	23 098
2009	643 288	787 180	1 224	75 774	151 063	1 994	175 709	4 200 910	23 908
2010	520 798	792 010	1 521	79 266	161 137	2 033	172 214	4 012 948	23 312
2011 ⁽¹⁾	521 196	815 280	1 564	80 211	171 837	2 142	184 263	4 179 245	22 688
2012 ⁽¹⁾	476 033	641 413	1 291	73 094	152 898	2 092	178 034	4 028 047	22 625

ANO	MILHO			SOJA			TRIGO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	2 156 508	5 466 967	2 535	2 410 000	5 400 000	2 241	1 440 000	1 350 000	937
1981	2 161 999	5 363 109	2 481	2 266 200	4 983 210	2 199	785 000	915 000	1 166
1982	2 276 700	5 430 000	2 385	2 100 000	4 200 000	2 000	1 175 000	1 025 000	872
1983	2 361 800	5 018 870	2 125	2 022 000	4 315 000	2 134	898 265	1 066 000	1 187
1984	2 447 000	5 400 000	2 207	2 177 900	4 121 000	1 892	829 211	1 113 009	1 342
1985	2 332 840	5 803 713	2 488	2 196 370	4 413 000	2 009	1 295 548	2 696 023	2 081
1986	2 300 000	4 300 000	1 870	1 745 000	2 600 000	1 490	1 947 000	2 950 000	1 115
1987	2 846 000	7 641 800	2 685	1 718 000	3 810 000	2 218	1 717 500	3 300 000	1 921
1988	2 269 862	5 558 805	2 449	2 123 379	4 771 264	2 247	1 773 797	3 250 000	1 832
1989	2 137 234	5 296 080	2 478	2 399 993	5 031 297	2 096	1 829 680	3 207 000	1 753
1990	2 079 784	5 160 823	2 481	2 267 638	4 649 752	2 050	1 197 149	1 394 052	1 164
1991	2 358 797	4 827 112	2 046	1 972 538	3 531 216	1 790	1 082 358	1 825 959	1 687
1992	2 610 000	7 370 000	2 824	1 794 000	3 417 000	1 905	1 220 000	1 600 000	1 311
1993	2 703 000	8 158 000	3 018	2 076 000	4 817 000	2 320	696 000	1 023 000	1 470
1994	2 512 859	8 162 472	3 248	2 154 077	5 332 893	2 476	599 070	1 012 439	1 690
1995	2 727 800	8 960 400	3 285	2 199 720	5 624 440	2 557	579 000	960 000	1 658
1996	2 463 000	7 911 000	3 212	2 392 000	6 448 800	2 696	1 024 480	1 977 030	1 930
1997	2 503 003	7 752 217	3 097	2 551 651	6 582 273	2 580	899 024	1 629 226	1 812
1998	2 229 524	7 935 376	3 559	2 858 697	7 313 460	2 558	893 302	1 509 420	1 690
1999	2 520 818	8 777 465	3 482	2 786 857	7 752 472	2 782	707 518	1 446 782	2 045
2000	2 233 858	7 367 262	3 298	2 859 362	7 199 810	2 518	437 761	599 355	1 369
2001	2 820 597	12 689 549	4 499	2 821 906	8 628 469	3 058	873 465	1 840 114	2 107
2002	2 461 816	9 857 504	4 004	3 316 379	9 565 905	2 884	1 035 501	1 557 547	1 504
2003	2 843 704	14 403 495	5 065	3 653 266	11 018 749	3 016	1 197 192	3 121 534	2 607
2004	2 464 652	10 953 869	4 444	4 007 099	10 221 323	2 551	1 358 592	3 051 213	2 246
2005	2 003 080	8 545 711	4 266	4 147 006	9 535 660	2 299	1 273 243	2 800 094	2 199
2006	2 507 903	11 697 442	4 664	3 948 520	9 466 405	2 397	762 339	1 204 747	1 580
2007	2 730 179	13 835 369	5 068	4 001 443	11 882 704	2 970	820 948	1 863 716	2 270
2008	2 969 632	15 414 362	5 191	3 967 764	11 764 466	2 965	1 153 251	3 216 590	2 789
2009	2 783 036	11 159 845	4 010	4 077 142	9 410 791	2 308	1 308 782	2 482 647	1 916
2010	2 261 992	13 540 981	5 986	4 479 869	14 091 821	3 146	1 172 860	3 419 293	2 916
2011 ⁽¹⁾	2 470 694	12 441 626	5 036	4 555 312	15 457 911	3 393	1 053 924	2 427 721	2 381
2012 ⁽¹⁾	2 999 055	17 024 718	5 677	4 462 209	10 954 632	2 455	764 849	2 214 015	2 895

FONTES: SEAB/DERAL, IBGE

NOTAS: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível

(1) Estimativa.

TABELA 2 - ABATES DE AVES, BOVINOS E SUÍNOS, NO PARANÁ - 1997-2012

PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)			PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)		
	Aves	Bovinos	Suínos		Aves	Bovinos	Suínos
1997	720 154	225 021	189 459	Fevereiro	227 467	20 637	45 795
1998	854 517	236 358	193 435	Março	248 135	23 633	51 843
1999	957 237	198 873	229 466	Abril	218 169	22 487	43 411
2000	1 041 412	181 113	235 315	Maió	237 488	25 059	50 548
2001	1 121 828	197 985	263 451	Junho	233 006	23 759	46 637
2002	1 235 681	219 350	333 951	Julho	241 015	21 342	60 648
2003	1 344 398	219 774	359 139	Agosto	249 963	21 460	62 635
2004	1 557 656	276 808	340 645	Setembro	241 461	21 183	61 548
2005	1 788 481	308 947	367 765	Outubro	244 781	24 829	53 044
2006	1 856 538	316 897	390 394	Novembro	245 610	25 796	52 868
2007	2 057 318	295 010	437 152	Dezembro	253 704	28 070	55 340
2008	2 480 908	279 609	454 340	2012 ⁽¹⁾	754 894	63 299	164 679
2009	2 489 061	282 220	509 156	Janeiro	249 459	21 202	53 545
2010	2 725 634	338 599	531 514	Fevereiro	237 860	20 893	52 082
2011 ⁽¹⁾	2 868 973	279 585	629 586	Março	267 575	21 204	59 052
Janeiro	228 175	21 329	45 270				

FONTE: IBGE - Pesquisa Trimestral de Abate de Animais

(1) Resultados preliminares.

TABELA 3 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO FATOR AGREGADO - 1980-2012

ANO	BÁSICOS		INDUSTRIALIZADOS				OPERAÇÕES ESPECIAIS		TOTAL (US\$ mil FOB)
	US\$ mil FOB	Part. (%)	Semimanufaturados		Manufaturados		US\$ mil FOB	Part. (%)	
			US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)			
1980	1 525 496	76,47	204 013	10,23	235 955	11,83	29 385	1,47	1 994 849
1981	1 578 294	65,71	250 316	10,42	541 587	22,55	31 827	1,33	2 402 024
1982	1 140 108	68,07	106 669	6,37	409 124	24,43	19 022	1,14	1 674 923
1983	1 012 405	69,20	79 971	5,47	349 526	23,89	21 043	1,44	1 462 945
1984	966 205	52,45	177 247	9,62	671 435	36,45	27 086	1,47	1 841 973
1985	928 902	50,89	175 665	9,62	698 346	38,26	22 551	1,24	1 825 464
1986	688 996	56,59	43 324	3,56	472 821	38,84	12 339	1,01	1 217 480
1987	969 288	59,14	120 707	7,37	533 758	32,57	15 169	0,93	1 638 922
1988	1 167 554	58,21	149 328	7,45	678 177	33,81	10 573	0,53	2 005 632
1989	1 192 665	60,13	178 327	8,99	601 886	30,35	10 462	0,53	1 983 340
1990	1 035 355	55,42	203 537	10,90	618 389	33,10	10 887	0,58	1 868 168
1991	939 248	51,75	179 988	9,96	678 770	37,56	13 223	0,73	1 807 229
1992	1 067 932	50,61	206 642	9,79	822 506	38,98	12 959	0,61	2 110 039
1993	1 191 871	48,04	192 267	7,75	1 081 457	43,59	15 548	0,63	2 481 143
1994	1 459 424	41,62	487 597	13,90	1 538 079	43,86	21 649	0,62	3 506 749
1995	1 439 114	40,34	646 613	18,13	1 463 107	41,01	18 511	0,52	3 567 346
1996	2 081 290	49,02	576 682	13,58	1 562 959	36,81	24 974	0,59	4 245 905
1997	2 524 220	52,01	560 259	11,54	1 740 382	35,86	28 727	0,59	4 853 587
1998	1 918 816	45,38	665 062	15,73	1 614 172	38,18	29 944	0,71	4 227 995
1999	1 735 682	44,14	626 797	15,94	1 528 226	38,86	41 954	1,07	3 932 659
2000	1 661 374	37,81	498 631	11,35	2 158 622	49,12	75 534	1,72	4 394 162
2001	2 280 991	42,87	561 285	10,55	2 416 688	45,42	61 247	1,15	5 320 211
2002	2 384 075	41,80	668 797	11,73	2 576 841	45,18	73 368	1,29	5 703 081
2003	2 985 014	41,70	877 848	12,26	3 217 442	44,95	77 549	1,08	7 157 853
2004	3 908 974	41,56	969 099	10,30	4 437 090	47,18	89 862	0,96	9 405 026
2005	3 297 780	32,87	993 498	9,90	5 608 205	55,89	134 049	1,34	10 033 533
2006	2 931 247	29,26	1 146 938	11,45	5 755 975	57,47	182 177	1,82	10 016 338
2007	4 233 777	34,27	1 318 847	10,68	6 630 908	53,68	169 325	1,37	12 352 857
2008	5 787 485	37,96	1 611 541	10,57	7 540 538	49,46	307 620	2,02	15 247 184
2009	4 985 127	44,42	1 304 406	11,62	4 719 959	42,06	213 335	1,90	11 222 827
2010	5 983 154	42,21	1 800 373	12,70	6 121 489	43,18	270 994	1,91	14 176 010
2011 ⁽¹⁾	7 952 480	45,72	2 410 778	13,86	6 645 911	38,21	385 059	2,21	17 394 228
Janeiro	380 538	44,01	91 762	10,61	365 033	42,22	27 347	3,16	864 680
Fevereiro	351 583	34,23	159 460	15,53	490 636	47,77	25 356	2,47	1 027 035
Março	618 048	46,56	148 945	11,22	538 173	40,54	22 249	1,68	1 327 415
Abril	928 116	59,21	92 402	5,89	515 006	32,85	32 019	2,04	1 567 543
Maió	823 247	48,39	294 400	17,31	545 496	32,07	37 988	2,23	1 701 132
Junho	897 361	51,54	266 370	15,30	545 349	31,32	32 046	1,84	1 741 126
Julho	646 727	43,24	238 104	15,92	581 660	38,89	29 192	1,95	1 495 684
Agosto	817 671	44,84	290 316	15,92	670 794	36,79	44 571	2,45	1 823 353
Setembro	807 452	49,27	270 041	16,48	530 871	32,39	30 568	1,87	1 638 932
Outubro	595 757	42,69	161 819	11,60	597 683	42,82	40 412	2,90	1 395 671
Novembro	543 779	39,59	206 787	15,06	586 951	42,74	35 876	2,61	1 373 394
Dezembro	542 200	37,70	190 371	13,24	678 258	47,16	27 434	1,91	1 438 264
2012 ⁽¹⁾	5 145 994	49,78	1 103 666	10,68	3 887 124	37,61	199 880	1,93	10 336 664
Janeiro	505 985	44,82	137 019	12,14	466 352	41,31	19 497	1,73	1 128 842
Fevereiro	483 922	38,62	142 155	11,34	594 263	47,42	32 827	2,62	1 253 166
Março	725 431	49,94	138 024	9,50	563 315	38,78	25 912	1,78	1 452 665
Abril	813 746	56,05	75 665	5,21	532 918	36,71	29 385	2,02	1 451 695
Maió	1 078 955	53,42	266 792	13,21	628 786	31,13	45 217	2,24	2 019 744
Junho	742 085	48,26	163 679	10,64	609 311	39,62	22 702	1,48	1 537 755
Julho	795 870	53,32	180 331	12,08	492 178	32,97	24 339	1,63	1 492 718

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 4 - BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE E BRASILEIRA - 1994-2012

ANO	PARANÁ (US\$ MIL FOB)			BRASIL (US\$ MIL FOB)		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1994	3 506 749	1 589 440	1 917 309	43 545 167	33 052 686	10 492 481
1995	3 567 346	2 390 291	1 177 055	46 506 281	49 971 895	- 3 465 614
1996	4 245 905	2 434 373	1 811 532	47 746 726	53 345 767	- 5 599 039
1997	4 853 587	3 306 968	1 547 276	52 990 115	59 747 227	- 6 752 887
1998	4 227 995	4 057 589	170 406	51 139 862	57 763 476	- 6 623 614
1999	3 932 659	3 699 490	233 169	48 012 790	49 301 558	- 1 288 768
2000	4 394 162	4 686 229	- 292 067	55 118 920	55 850 663	- 731 743
2001	5 320 211	4 928 952	391 259	58 286 593	55 601 757	2 684 836
2002	5 703 081	3 333 392	2 369 689	60 438 653	47 242 654	13 195 999
2003	7 157 853	3 486 051	3 671 802	73 203 222	48 325 652	24 877 570
2004	9 405 020	4 026 140	5 378 879	96 677 839	62 835 616	33 842 223
2005	10 033 533	4 527 237	5 506 296	118 529 185	73 600 376	44 928 809
2006	10 016 338	5 977 971	4 038 367	137 807 470	91 350 580	46 456 889
2007	12 352 857	9 017 988	3 334 870	160 649 073	120 617 446	40 031 627
2008	15 247 184	14 570 222	676 962	197 942 443	172 984 768	24 957 675
2009	11 222 827	9 620 843	1 601 984	152 994 743	127 722 343	25 272 400
2010	14 176 010	13 956 957	219 054	201 915 285	181 760 737	20 154 548
2011 ⁽¹⁾	17 394 228	18 767 165	- 1 372 936	256 039 575	226 240 411	29 799 164
Janeiro	864 680	1 283 620	- 418 939	15 214 353	14 816 982	397 371
Fevereiro	1 027 035	1 175 349	- 148 314	16 732 470	15 538 563	1 193 907
Março	1 327 415	1 348 425	- 21 010	19 285 977	17 732 087	1 553 890
Abril	1 567 543	1 454 539	113 004	20 172 977	18 311 863	1 861 114
Maio	1 701 132	1 679 667	21 465	23 208 657	19 685 240	3 523 417
Junho	1 741 126	1 651 753	89 372	23 689 079	19 259 456	4 429 623
Julho	1 495 684	1 453 013	42 671	22 251 877	19 113 873	3 138 004
Agosto	1 823 353	1 879 676	- 56 323	26 158 507	22 270 078	3 888 429
Setembro	1 638 932	1 749 676	- 110 743	23 285 058	20 212 405	3 072 653
Outubro	1 395 671	1 662 983	- 267 312	22 139 953	19 781 728	2 358 225
Novembro	1 373 394	1 825 100	- 451 706	21 773 463	21 201 857	571 606
Dezembro	1 438 264	1 603 365	- 165 101	22 127 204	18 316 279	3 810 925
2012 ⁽¹⁾	10 336 664	11 052 488	- 715 824	138 216 927	128 272 792	9 944 135
Janeiro	1 128 853	1 776 011	- 647 158	16 141 225	17 443 462	- 1 302 237
Fevereiro	1 253 168	1 257 577	- 4 408	18 027 792	16 318 400	1 709 392
Março	1 452 682	1 606 747	- 154 065	20 910 732	18 890 890	2 019 842
Abril	1 451 715	1 579 787	- 128 072	19 556 298	18 684 786	881 513
Maio	2 019 751	1 771 675	248 076	23 214 807	20 262 290	2 952 517
Junho	1 537 777	1 527 864	9 913	19 352 834	18 546 727	806 107
Julho	1 492 718	1 532 828	- 40 110	21 003 237	18 126 237	2 877 001

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 5 - ÍNDICE DE VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA DO PARANÁ - 2000-2012

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2011 = 100)															
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Jan./11	Fev./11	Mar./11	Abr./11
Combustíveis e lubrificantes	91,72	94,09	110,19	117,46	121,97	119,36	99,75	102,36	104,67	103,54	104,07	100,00	99,43	94,96	104,41	91,88
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	78,90	77,08	72,65	70,22	78,27	72,79	77,22	82,30	85,45	89,23	94,33	100,00	93,75	88,16	96,27	105,63
Hipermercados e supermercados	79,06	77,72	73,50	71,10	79,28	73,12	77,47	82,60	85,62	89,44	94,36	100,00	93,87	88,08	96,32	105,68
Tecidos, vestuário e calçados	89,69	90,65	79,79	83,26	89,41	90,21	88,90	93,49	97,72	97,10	101,79	100,00	91,40	77,75	88,09	100,01
Móveis e eletrodomésticos	37,29	35,60	35,03	37,40	48,40	54,75	59,50	66,90	73,49	73,79	85,56	100,00	99,65	84,06	86,75	85,16
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	41,47	45,67	48,52	51,25	58,33	71,99	85,86	100,00	87,47	84,54	95,66	90,04
Livros, jornais, revistas e papelaria	70,67	70,65	68,04	70,93	80,57	88,49	102,23	100,00	128,02	137,31	109,44	98,00
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	6,36	11,30	17,12	21,99	43,75	69,67	95,37	100,00	72,18	77,31	84,66	79,83
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	41,89	47,78	55,48	60,59	71,31	79,09	91,71	100,00	85,96	76,67	85,28	90,60
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	63,01	62,44	62,02	62,55	69,61	68,93	70,95	75,99	81,34	85,59	93,47	100,00	93,67	86,25	93,55	97,06

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2011 = 100)														
	Maio/11	Jun./11	Jul./11	Ago./11	Set./11	Out./11	Nov./11	Dez./11	2012	Jan./12	Fev./12	Mar./12	Abr./12	Maio/12	Jun./12
Combustíveis e lubrificantes	96,79	98,29	101,64	107,35	100,94	100,53	99,45	104,34	102,38	93,99	97,13	108,61	99,81	108,74	106,00
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	91,08	94,59	101,09	99,69	98,74	101,93	100,83	128,26	108,13	113,54	106,78	112,86	108,23	103,76	103,58
Hipermercados e supermercados	90,91	94,55	101,05	99,64	98,77	101,98	100,63	128,53	108,42	114,31	107,32	113,22	108,63	103,42	103,59
Tecidos, vestuário e calçados	107,39	97,95	92,28	94,46	94,23	93,57	94,84	168,03	99,76	91,20	77,57	98,04	103,27	118,29	110,20
Móveis e eletrodomésticos	108,03	85,60	96,53	98,20	98,01	97,17	105,96	154,87	107,70	124,19	97,91	110,13	98,71	110,77	104,50
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	98,32	97,97	100,71	103,11	100,09	104,34	106,44	131,30	114,69	107,85	101,95	123,03	112,84	122,23	120,23
Livros, jornais, revistas e papelaria	110,59	99,59	99,26	104,06	92,34	49,57	50,19	121,63	108,66	154,67	131,46	107,97	83,98	90,35	83,50
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	112,96	120,87	117,44	117,81	120,06	89,64	96,74	110,50	85,24	78,16	71,77	95,72	93,79	92,65	79,37
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	90,57	94,22	95,11	101,57	85,70	100,99	102,77	190,56	107,22	106,08	88,76	105,01	112,39	117,90	113,17
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	97,38	94,79	99,82	100,81	98,42	99,47	101,11	137,68	106,40	109,03	99,93	110,25	105,48	108,19	105,51

FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal do Comércio

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 6 - PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO PARANÁ, SEGUNDO SEÇÕES E ATIVIDADES INDUSTRIAIS - 1991-2012

SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100)																				
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Indústria de transformação	74,0	77,4	86,6	94,5	89,2	92,5	97,7	101,1	99,7	99,0	102,5	100,0	105,7	116,3	117,9	116,0	123,8	134,4	131,6	150,3	160,9
Alimentos	73,3	78,2	93,3	93,6	84,2	88,9	85,8	90,6	96,2	93,9	99,3	100,0	104,7	109,8	106,1	112,2	116,1	112,8	107,9	116,8	117,4
Bebidas	58,0	51,4	44,3	56,7	74,7	66,2	61,0	62,7	67,6	71,9	91,8	100,0	94,4	98,9	106,0	121,2	120,2	122,0	126,2	140,4	141,6
Madeira	56,7	62,0	64,9	62,8	62,0	67,1	65,2	82,7	83,0	85,0	91,0	100,0	113,1	132,0	115,9	101,2	95,7	94,1	72,8	80,1	87,1
Celulose, papel e produtos de papel	90,8	95,9	99,1	103,0	101,8	104,6	114,2	113,4	112,9	117,8	104,2	100,0	100,2	104,7	112,7	114,8	114,1	133,2	132,2	139,3	140,8
Edição, impressão e reprodução de gravações	100,0	133,5	186,5	190,7	211,0	181,2	239,7	428,7	446,0	422,8
Refino de petróleo e álcool	70,1	74,1	84,0	94,0	82,6	96,2	96,7	93,0	107,3	102,5	108,7	100,0	99,6	87,7	96,2	97,3	93,8	100,6	100,1	91,7	102,8
Outros produtos químicos	59,0	67,5	81,3	94,4	80,7	103,9	110,1	100,1	107,5	117,8	116,4	100,0	105,4	94,4	76,4	74,4	82,5	64,6	77,8	66,9	68,5
Borracha e plástico	82,6	82,9	90,5	72,1	70,6	100,7	113,5	111,2	100,0	90,3	90,5	100,0	95,0	99,8	96,1	108,8	111,4	123,9	122,5	129,1	134,8
Minerais não metálicos	60,8	64,6	65,0	61,3	70,6	80,2	92,6	87,0	89,8	91,6	92,7	100,0	97,2	91,4	94,6	90,0	95,1	120,3	123,2	129,7	133,8
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	141,9	145,9	118,6	127,1	148,3	153,3	151,1	134,2	121,8	98,0	94,9	100,0	98,6	104,3	101,5	102,4	107,8	114,3	99,1	120,5	132,8
Máquinas e equipamentos	39,6	36,1	42,9	58,2	63,9	73,3	72,4	63,4	62,7	73,3	80,9	100,0	113,8	138,1	122,7	121,8	147,8	161,2	143,3	178,5	171,0
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	109,8	96,6	96,8	116,1	145,4	151,4	191,8	184,8	152,4	265,4	248,1	100,0	97,3	91,2	114,5	115,8	138,0	132,7	118,6	139,9	149,1
Veículos automotores	60,2	62,7	91,6	135,3	129,5	84,9	112,8	106,4	79,2	101,8	101,8	100,0	117,3	176,8	214,1	170,3	222,1	275,0	200,0	315,2	409,4
Mobiliário	57,2	44,4	53,5	58,1	68,7	91,9	87,8	93,4	98,7	106,2	99,0	100,0	90,7	92,9	88,2	89,9	101,6	93,3	84,8	108,6	102,7

SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100)																							
	Jan./11	Fev./11	Mar./11	Abr./11	Maio/11	Jun./11	Jul./11	Ago./11	Set./11	Out./11	Nov./11	Dez./11	2012	Jan./12	Fev./12	Mar./12	Abr./12	Maio/12	Jun./12					
Indústria de transformação	149,7	135,7	153,4	142,3	154,7	164,5	169,4	185,2	161,7	167,0	172,5	174,2	155,4	157,3	137,6	176,5	145,7	163,4	152,1					
Alimentos	87,0	91,6	109,1	114,1	133,5	132,6	136,0	130,2	138,5	125,9	112,2	97,9	112,3	90,7	96,0	114,0	113,2	135,0	124,8					
Bebidas	128,2	124,0	141,5	137,1	130,7	108,4	118,8	148,2	148,5	167,1	171,3	175,6	130,1	131,2	135,3	147,7	135,6	123,5	107,4					
Madeira	77,8	74,3	83,4	79,6	82,4	82,1	95,8	95,5	97,2	99,4	98,8	79,7	94,9	96,8	90,0	102,3	91,7	103,3	85,4					
Celulose, papel e produtos de papel	148,1	135,1	152,2	140,3	146,4	104,5	145,4	140,3	144,0	143,7	138,8	151,1	136,3	148,0	133,5	149,4	138,6	139,2	109,0					
Edição, impressão e reprodução de gravações	748,1	153,1	389,8	187,3	172,9	484,6	388,3	642,8	282,9	363,2	499,8	761,0	513,9	993,1	346,3	737,3	313,7	351,9	341,2					
Refino de petróleo e álcool	93,1	81,4	82,7	102,2	115,1	109,0	109,3	117,3	111,3	107,1	109,3	95,6	102,9	96,2	95,2	97,3	101,0	118,6	108,9					
Outros produtos químicos	70,8	72,4	54,5	58,9	78,4	79,5	79,9	62,6	69,7	68,3	66,6	60,9	57,2	70,5	52,7	48,0	46,4	66,4	59,1					
Borracha e plástico	124,7	125,9	139,5	126,3	132,6	137,6	139,7	143,0	145,4	137,4	139,9	125,4	134,8	135,3	123,2	140,2	131,6	148,0	130,8					
Minerais não metálicos	124,0	124,7	136,1	134,1	140,8	135,6	137,5	135,9	135,5	140,8	132,4	128,4	126,3	119,2	128,3	133,8	119,6	133,7	122,9					
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	118,3	119,8	132,9	130,1	143,6	133,2	136,5	142,5	139,0	133,5	136,3	127,7	132,6	120,8	124,8	138,1	134,1	144,1	133,5					
Máquinas e equipamentos	146,1	179,9	203,8	155,3	183,8	177,6	145,6	162,7	155,3	186,3	179,1	176,9	176,4	193,8	152,8	180,1	167,8	188,2	176,0					
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	115,8	153,0	151,1	117,2	175,3	169,6	169,7	160,2	147,7	150,7	159,0	120,3	144,5	115,1	134,8	163,1	124,9	151,1	178,1					
Veículos automotores	275,5	384,8	369,9	378,4	378,0	396,2	459,6	500,6	410,3	436,2	472,2	450,5	334,2	174,9	315,6	421,7	350,2	375,4	367,2					
Mobiliário	100,8	103,8	93,7	85,1	98,1	95,9	102,2	112,4	110,8	109,7	113,7	106,3	100,0	91,2	93,5	106,7	95,5	106,5	106,9					

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal

NOTAS: Índice sem ajuste sazonal

Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Somente as atividades que apresentam produtos incluídos na amostra.

TABELA 7 - PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO NA INDÚSTRIA PARANAENSE, SEGUNDO SEÇÕES E DIVISÕES DA CNAE - 2002-2012

SEÇÃO / DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)														
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Jan./11	Fev./11	Mar./11	Abr./11	Maió/11
Indústria geral	100,1	102,5	106,7	108,2	105,7	109,0	110,1	103,0	104,2	109,9	104,2	105,5	107,4	108,8	111,0
Indústrias extrativas	95,3	91,0	83,1	74,6	75,1	76,6	75,7	73,0	71,7	66,8	68,4	67,9	66,6	66,7	67,8
Indústria de transformação	100,2	102,7	107,0	108,7	106,1	109,4	110,6	103,4	104,6	110,4	104,7	106,0	107,9	109,4	111,6
Alimentos e bebidas	112,9	124,0	130,2	145,7	148,6	156,6	161,1	157,3	153,1	173,3	152,2	155,0	161,8	168,6	177,9
Fumo	151,6	139,3	171,8	176,0	172,7	203,6	146,7	166,2	168,7	178,6	205,7	278,4	293,5	302,4	279,9
Têxtil	104,5	98,9	97,5	93,0	98,0	90,6	84,6	77,5	82,9	87,5	84,6	85,8	86,3	87,3	87,4
Vestuário	109,7	119,8	137,4	143,1	130,7	127,1	114,2	97,2	93,1	88,3	87,8	91,6	89,7	88,5	89,7
Calçados e couro	94,2	84,9	77,5	87,4	100,3	104,4	100,2	91,5	103,1	92,0	89,9	91,0	91,5	91,7	95,9
Madeira	80,1	77,6	79,5	68,5	56,5	49,9	45,5	36,1	33,9	30,7	31,9	31,2	31,6	31,5	30,7
Papel e gráfica	101,8	112,3	115,9	117,0	121,5	127,5	125,0	123,3	130,7	134,6	134,1	132,8	133,7	133,1	132,4
Refino de petróleo e combustíveis	139,5	194,0	200,3	193,1	214,1	231,6	258,8	270,8	226,8	217,7	180,3	185,2	218,9	224,8	230,7
Produtos químicos	94,7	85,4	84,5	82,9	92,2	107,9	104,6	92,9	99,9	101,2	100,7	99,4	97,4	97,8	100,0
Borracha e plástico	102,9	92,1	90,5	92,8	91,2	94,7	92,2	83,8	79,9	80,1	77,9	78,6	81,5	80,9	81,1
Minerais não-metálicos	115,4	112,6	116,0	119,9	113,9	129,7	134,7	130,2	128,0	131,4	126,6	127,5	128,1	126,8	129,0
Metalurgia básica	91,8	83,4	79,7	81,4	72,5	68,0	72,2	71,1	78,9	85,1	82,2	82,9	83,7	84,1	83,9
Produtos de metal ⁽¹⁾	95,4	97,4	96,9	99,4	101,1	96,0	103,7	103,7	111,2	121,1	123,1	127,3	126,7	123,2	127,7
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	111,3	125,2	137,6	137,2	125,6	134,1	161,5	151,0	170,8	157,7	166,1	164,1	164,9	161,5	159,5
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	106,9	96,7	90,5	96,2	94,7	95,0	105,1	103,2	110,9	146,5	121,3	124,3	128,7	133,2	139,0
Fabricação de meios de transporte	88,2	93,5	101,7	112,5	112,2	142,1	150,6	141,5	149,9	168,6	159,2	160,1	162,7	165,9	168,0
Fabricação de outros produtos	80,9	71,1	74,5	66,1	63,5	66,2	64,7	58,4	60,0	67,8	63,4	64,0	65,9	69,0	68,9

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)															
	Jun./11	Jul./11	Ago./11	Set./11	Out./11	Nov./11	Dez/11	2012	Jan./12	Fev./12	Mar./12	Abr./12	Maió/12	Jun./12		
Indústria geral	111,6	111,8	112,2	112,4	112,8	111,5	109,2	111,9	109,0	110,1	111,1	113,5	113,7	113,8		
Indústrias extrativas	67,4	65,9	66,4	68,2	66,8	65,7	64,1	65,8	66,6	65,9	66,3	65,3	66,0	64,8		
Indústria de transformação	112,1	112,4	112,7	113,0	113,3	112,0	109,8	112,4	109,6	110,7	111,6	114,1	114,3	114,4		
Alimentos e bebidas	181,6	182,3	181,8	183,2	182,4	178,5	174,5	181,8	172,2	174,7	176,0	187,8	188,7	191,4		
Fumo	172,8	100,4	98,2	93,2	101,6	106,8	110,8	255,8	215,1	247,7	301,6	295,7	251,9	222,5		
Têxtil	87,2	86,6	86,1	88,7	89,9	91,9	88,8	95,4	92,7	94,6	94,8	97,1	96,9	96,1		
Vestuário	88,2	88,7	89,3	89,1	87,6	86,4	83,5	75,7	80,6	78,4	76,0	73,8	73,5	72,2		
Calçados e couro	92,6	95,8	93,1	91,1	90,9	89,3	90,7	86,7	91,1	88,6	84,8	85,6	85,8	84,2		
Madeira	30,3	30,4	30,2	30,2	30,4	29,9	29,7	29,5	29,3	29,6	29,5	29,4	29,5	30,0		
Papel e gráfica	135,8	137,5	134,9	135,0	135,2	135,9	135,1	131,1	135,5	134,5	131,2	130,0	127,9	127,6		
Refino de petróleo e combustíveis	231,8	237,9	232,3	232,0	229,4	214,4	194,7	226,5	201,0	204,6	216,9	243,7	246,6	246,0		
Produtos químicos	100,5	102,9	103,3	104,2	103,4	102,8	101,8	110,5	106,6	108,6	109,4	111,3	112,8	114,0		
Borracha e plástico	78,7	79,3	79,7	80,7	81,3	81,9	79,4	78,6	78,8	78,0	80,4	79,9	78,0	76,6		
Minerais não-metálicos	132,3	132,2	132,4	133,1	136,3	136,0	136,1	140,2	136,2	140,4	142,0	141,8	141,1	139,9		
Metalurgia básica	84,5	84,1	84,8	85,9	88,2	88,6	88,4	89,9	88,9	89,3	89,9	90,7	90,1	90,7		
Produtos de metal ⁽¹⁾	129,8	125,7	121,4	113,1	114,2	112,9	110,5	122,8	110,9	123,9	125,3	126,6	126,8	123,1		
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	157,2	152,0	152,5	151,9	155,4	155,3	152,6	155,0	155,7	154,8	154,8	155,3	155,2	154,1		
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	139,9	142,1	160,3	164,0	170,5	169,6	165,5	178,3	160,8	163,3	176,9	184,3	191,1	193,1		
Fabricação de meios de transporte	168,9	172,0	172,5	173,3	175,6	174,4	170,2	173,1	171,4	170,9	174,6	174,0	173,4	174,3		
Fabricação de outros produtos	69,3	69,5	69,3	70,3	69,2	67,7	67,2	68,0	67,5	67,4	67,7	68,2	68,6	68,4		

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário

NOTA: Índice sem ajuste sazonal.

(1) Não inclui máquinas e equipamentos.

(2) Não inclui máquinas e equipamentos elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações.

(3) Inclui também máquinas e aparelhos eletrônicos, de precisão e de comunicações.

TABELA 8 - SALDO DO EMPREGO FORMAL NO PARANÁ⁽¹⁾ - 1995-2012

ANO	SETORES (número de vagas)						TOTAL
	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Outros/Ignorado	
1995	-15 192	-2 923	-6 410	602	-1 448	44	-25 327
1996	-7 081	-2 096	-6 691	-16 109	-793	-35	-32 805
1997	4 464	278	6 529	-2 100	-1 000	-708	7 463
1998	-16 127	-3 658	-7 332	-4 695	-3 634	-211	-35 657
1999	3 137	-10 241	582	-1 295	-8 646	-186	-16 649
2000	8 475	-18	7 548	13 733	-1 866	271	28 143
2001	22 087	-6 701	14 536	22 888	1 026	21	53 857
2002	24 035	-1 376	21 872	14 299	-241	-	58 589
2003	18 066	-3 903	24 774	17 345	6 075	13	62 370
2004	49 092	1 417	35 049	30 151	6 938	1	122 648
2005	14 385	2 091	25 183	31 223	962	4	72 374
2006	23 697	5 955	21 205	34 294	1 245	-	86 396
2007	46 524	8 011	30 502	31 571	5 753	-	122 361
2008	22 765	13 713	33 067	35 278	6 080	-	110 903
2009	12 993	8 271	22 755	29 446	-4 381	-	69 084
2010	41 116	17 597	36 111	49 868	-2 209	-	142 483
2011	26 065	10 656	33 269	53 433	493	-	123 916
jan.- jul. 2012	25 872	11 740	14 022	39 494	6 082	-	97 210

FONTE: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

(1) Levantamento financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

TABELA 9 - PRODUTO INTERNO BRUTO DO PARANÁ E DO BRASIL - 2002-2011

ANO	PARANÁ ⁽¹⁾		BRASIL ⁽¹⁾	
	Valor (R\$ milhão) ⁽²⁾	Variação Real (%)	Valor (R\$ milhão) ⁽²⁾	Variação Real (%)
2002	88 407	...	1 477 822	...
2003	109 459	4,47	1 699 948	1,15
2004	122 434	5,02	1 941 498	5,71
2005	126 677	-0,01	2 147 239	3,16
2006	136 615	2,01	2 369 484	3,96
2007	161 582	6,74	2 661 345	6,09
2008	179 263	4,28	3 032 203	5,17
2009	189 992	-1,32	3 239 404	-0,33
2010 ⁽³⁾	226 071	8,30	3 770 085	7,50
2011 ⁽³⁾	251 579	4,00	4 143 013	2,70

FONTES: IPARDES, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Nova série das Contas Regionais (referência 2002) e das Contas Nacionais (referência 2000).

(2) Preços correntes.

(3) Estimativas do IPARDES para o Paraná. Cálculos do IBGE, para o Brasil, a partir das Contas Nacionais Trimestrais.

